

Saneamento Básico e Direitos Humanos

2024

Fabíola Vianna Morais

SANEAMENTO BÁSICO E DIREITOS HUMANOS

© Almedina, 2024

AUTORA: Fabíola Vianna Morais

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

PRODUTORA EDITORIAL: Erika Alonso

ASSISTENTES EDITORIAIS: Letícia Gabriella Batista, Tacila da Silva Souza e Laura Pereira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584936861

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morais, Fabíola Vianna
Saneamento básico e direitos humanos / Fabíola
Vianna Morais. – São Paulo: Almedina, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-686-1

1. Desenvolvimento sustentável
2. Direitos humanos
3. Mudanças climáticas
4. Organização Mundial de Saúde
5. Saneamento básico
6. Saúde I. Título.

24-192449

CDD-628

Índices para catálogo sistemático:

1. Saneamento, saúde e ambiente: Engenharia sanitária 628
Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DA ESSENCIALIDADE DO BEM ÁGUA E DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	25
1.1. Mudança climática e recursos naturais	25
1.1.1. Causas e efeitos	25
1.1.2. Esfera pública, em Habermas, e mudança climática	38
1.1.3. Agir comunicativo, em Habermas, para a justiça ambiental	45
1.2. O saneamento básico como direito humano ao mínimo existencial	46
1.2.1. Dignidade da pessoa humana	53
1.2.2. Problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico	55
1.2.3. Vulnerabilidade e ausência de saneamento básico	58
1.2.4. Cidadania e saneamento básico	67
1.3. Notas históricas acerca da universalização do saneamento básico (do Planasa ao Pansab)	69
1.4. Conceitos do bem e serviço como direitos humanos	72
1.4.1. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, de 2015	72
1.4.2. Proposta de Emenda Constitucional	75
1.4.3. A Organização Mundial da Saúde	76
1.4.4. Aportes à União Europeia	79
1.5. Conceitos do marco regulatório	79
1.6. Princípios do marco regulatório	80
1.7. Escassez da água	83
1.8. Água e desenvolvimento sustentável	85
1.9. Natureza jurídica do saneamento básico	87
1.9.1. Bem essencial	87
1.9.2. Serviço público essencial	88

CAPÍTULO 2 – DO CONTRATO DE ADESÃO DE PRESTAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO: O CONTROLE DA EQUAÇÃO TARIFA X SERVIÇO	93
2.1. O contrato de consumo entre concessionária e usuário do serviço público de saneamento básico: água x tarifa-	93
2.2. O contrato por causa da autonomia da vontade: o voluntarismo, a autonomia privada e o <i>pacta sunt servanda</i>	99
2.3. A aceitação como expressão da vontade de formar um contrato – o vínculo a partir da aceitação	105
2.4. Porque a (autonomia da) vontade é a alma do contrato, o vício do consentimento é-lhe a causa de invalidade – o vínculo contratual desconstituído – o erro como exemplo	107
2.5. O contrato apesar (da falta) da autonomia da vontade, ou a autonomia da vontade apesar do contrato? – gênese dos contratos de adesão ou com cláusulas contratuais gerais	114
2.6. O contrato e o abandono da autonomia intrínseca: contratos de adesão	123
2.7. A relevância econômica e social destes contratos a par da autonomia privada	127
2.8. A relação de consumo (essencial) no setor do saneamento básico	129
2.9. Regulação das assimetrias nas posições do poder econômico e vinculação social do contrato como necessários à autonomia pública descrita por habermas	133
2.10. A função social do contrato	136
2.11. O direito à informação e o equilíbrio contratual	138
2.12. O contrato depois da declaração de direitos da liberdade econômica	140
2.13. Emancipação do consumidor: <i>status</i> de cidadão ativo e democracia	145
CAPÍTULO 3 – PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DO SANEAMENTO BÁSICO: PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS PARA A EQUAÇÃO TARIFÁRIA	149
3.1. O dilema da privatização e da reestatização do serviço de saneamento básico	149
3.2. Análise econômica do direito	157
3.3. Equilíbrio, sustentabilidade e eficiência	159
3.4. O problema	161
3.5. Análise econômica do direito e os contratos de saneamento básico	163
3.6. Privatização, investimentos e agências reguladoras: triade de freios e contrapesos para o modelo republicano	167
3.6.1. A privatização no Marco Regulatório do Saneamento Básico: solução ou problema?	167
3.6.2. A função social da empresa e teoria discursiva do direito empresarial	172
3.6.3. Investimentos em áreas menos lucrativas e o princípio republicano da solidariedade	177

3.6.4. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento Básico – ANA – como propulsora da República e do Estado Democrático de Direito	181
CAPÍTULO 4 – EQUAÇÃO TARIFÁRIA: ESTADO REGULADOR E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	197
4.1. O estado regulador e a política tarifária no setor do saneamento básico	197
4.1.1. Análise de Impacto Regulatório	200
4.1.2. ANA e regulação tarifária	201
4.2. Formação tarifária	203
4.3. Tarifa e prestação do serviço	207
4.4. Tarifa e o princípio da continuidade do serviço público	210
4.5. A tarifa como direito subjetivo do concessionário	212
4.5.1. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão	212
4.5.2. Reajuste tarifário	213
4.5.3. Revisão das tarifas	214
4.6. A modicidade tarifária como direito subjetivo do consumidor do saneamento básico	215
4.7. O papel da agência reguladora na definição das tarifas: entre o direito subjetivo do concessionário e a dignidade humana	216
4.8. Os problemas da assimetria informacional entre agência reguladora e concessionário do serviço público	217
4.9. Estrutura tarifária	220
4.10. Tarifa social	221
4.11. Subsídio cruzado	224
4.12. Função social da tarifa	226
4.13. Democracia participativa nos termos de habermas para a equação tarifária	227
4.13.1. Bases normativas e fáticas de sustentação	227
4.13.2. A necessidade de participação do consumidor do serviço de saneamento básico no processo tarifário – falhas do sistema regulatório	234
4.13.3. Justificativas filosóficas para a participação do consumidor no processo tarifário	236
4.13.4. Democracia deliberativa e participativa e o Agir comunicativo, de Habermas, para a tarifação do saneamento básico	241
CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS	257